

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**COMISSÃO/CÂMARA: Comissão de Políticas Sociais**

**DATA: 07/11/2011**

**PRESENTES:**

<b>NOME</b>	<b>ENTIDADE</b>
Adriane Leandro	SEDS
Ana Cristina Góis Fuentes	CRESS 11ª Região
Carolna Kummer Trevisan	PGE
Delvana Oliveira	SEED
Larissa Tissot	SEDS
Leonildo Pereira de Souza	IPARDES
Marli Aparecida Batista Vaz Mussolini	SETS
Michele Cristina Ribeiro	Técnica SEDS
Nircélio Zobot	SEDS
Pedro Lírio Hoffmann	Assoc. De Moradores de Encantado D'Oeste
Sionara de Paula	Técnica SEDS
Tatielly Letícia	Técnica SEDS

**RELATÓRIO:**

**1) Revisão Cadastral:**

O Sr. Nircélio informou que anualmente o MDS faz um levantamento do índice de atualização dos municípios e dos estados. No caso dos municípios do Paraná, houve um avanço significativo nas atualizações, diminuindo de 47.000 cadastros desatualizados em janeiro de 2011 para 20.540 cadastros desatualizados em setembro de 2011. Ele, solicita o empenho dos conselheiros no sentido de divulgar aos municípios que o prazo para que essa atualização ocorra é de até 31/12/2011, sob pena da família ter o seu benefício cancelado em março de 2012. À título de colaboração, a conselheira Ana Cristina colocou a experiência do município de Rolândia, o qual se articulou com a Secretaria Municipal de Educação e incluiu na lista de documentos necessários à matrícula e rematrícula nas escolas, uma Declaração do CADÚnico, com o objetivo de realizar a busca ativa para cadastramento e recadastramento. Contudo, as conselheiras Delvana e Larissa, contribuíram no sentido de enfatizar que essa estratégia não deve engessar o acesso do Direito à educação.

**2) IGDM e IGDE:**

O Conselheiro Nircélio, relata que há índices expressivos de saldos de recursos do IGD pelos municípios e que um dos fatores que contribui para isto, são alguns fatores: as portarias

são amplas e não especificam como deve ser utilizado esse recurso; o setor financeiro das prefeituras não estão alocados dentro da área de assistência social; os obstáculos criados pelos setores financeiros das prefeituras na utilização deste recurso. Nircélio, pede o empenho dos conselheiros para acompanhar e fiscalizar o uso do IGD.

Encaminhamento: 1) - solicitar ao MDS a elaboração de um manual orientador sobre a utilização dos recursos IGDM e IGDE. 2) - nota técnica emitida pelo Estado dirigida aos Municípios. 3) – para o Plano de Ação de 2012 se proponha ações de articulação do setor financeiro do gestor estadual com os municípios.

### **3) Condicionalidades da Saúde:**

No que se refere a condicionalidade da saúde, Nircélio relata que foi realizado um levantamento do acompanhamento realizado pelos municípios. Há municípios, que não lançaram no sistema nenhum acompanhamento. Surgiram discussões sobre como tem sido realizado esse acompanhamento nos municípios, sobre a importância do trabalho inter-setorial, sobre as dificuldades para a disseminação da informação sobre a falta de compreensão do todo o que gera um trabalho fragmentado, sobre a dificuldade com a rotatividade dos funcionários da saúde e sobre a necessidade de se respeitar a autonomia dos municípios. Por fim, Nircélio apresenta a proposta para que na reunião do CEAS de dezembro, se possa apresentar a minuta do Plano de Ação do IGD para 2012.

Parecer da Plenária:**Aprovado.**